

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 27/02/2019

- [MPPE recomenda que poder público adote as providências necessárias para o processo de escolha de conselheiros tutelares em três cidades](#)
- [TJES realizou 1º Encontro Estadual de Conselheiros Tutelares e Poder Judiciário](#)
- [Adolescentes da Funase participam de movimento nacional pela segurança alimentar](#)

**Assunto: MPPE recomenda que poder público adote as providências necessárias para o processo de escolha de conselheiros tutelares em três cidades**

**Fonte: MPPE**

**Data: 27/02/2019**



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou aos prefeitos de Tabira, Ferreiros e Camutanga que designem servidores municipais para acompanhar as providências necessárias para a realização de todo o processo de escolha dos membros do Conselhos Tutelares. Os servidores, além de organizar o processo, deverão servir como referência de contato sempre que se mostrar necessário, tanto por parte dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdicas), quanto por parte das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude em cada cidade.

“O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, essencial ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, concebido na perspectiva de desjudicializar e agilizar o atendimento do público infantojuvenil e encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente”, observaram as promotoras de Justiça Eryne Ávila dos Anjos Lima (Tabira) e Fabiana Machado de Lima (Ferreiros e Camutanga), nas recomendações.

Aos presidentes dos Comdicas, o MPPE recomendou que organizem uma comissão especial para conduzir o processo de escolha, cuja composição deverá ser paritária entre representantes do governo e da sociedade; e que utilize a sugestão de calendário de atividades, já enviado pela Promotoria de Justiça, que contempla as diversas etapas do processo de escolha a serem executadas pela comissão especial.

Os presidentes dos Conselhos ainda devem elaborar editais destinados a convocar e regulamentar o processo de escolha. O edital precisa ser concluído até o dia 22 de março, para avaliação do MPPE e publicação até 5 de abril, a fim de garantir que todo o processo seja desenvolvido no prazo máximo de seis meses. O processo unificado de escolha para Conselheiros Tutelares está previsto para acontecer no dia 6 de outubro deste ano, em todo o País. Os eleitos devem tomar posse em 10 de janeiro de 2020.

Por fim, o MPPE recomendou que os Comdicas forneçam os recursos humanos e materiais necessários para a condução dos pleitos, incluindo o fornecimento de assessoria técnica e jurídica; que seja dada ampla divulgação do processo, bem como dos locais de votação; e que providenciem, junto às Guardas Municipais e à Polícia Militar, as medidas necessárias para garantir a segurança desse processo de escolha, incluindo escolta das urnas e presença de equipe nos locais de votação, bem como no local de apuração.

**Assunto: TJES realizou 1º Encontro Estadual de Conselheiros Tutelares e Poder Judiciário**

**Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude**

**Data: 27/02/2019**



Evento promoveu a troca de experiências para melhorar a qualidade no atendimento a crianças e adolescentes e teve participação da OAB-ES, do MP, das Polícias e de Secretarias Estaduais e Municipais.

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo, por meio da Supervisão e da Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude, realizou o I Encontro Estadual de Conselheiros Tutelares e Poder Judiciário nesta sexta-feira, 22/2. O evento, que aconteceu no Salão Pleno, proporcionou um diálogo com o fim de qualificar a atuação dos profissionais que zelam pelos direitos de crianças e adolescentes de todo o estado.

Na parte da manhã, o encontro contou com a presença de representantes da OAB-ES, do Ministério Público, das Polícias e das Secretarias estaduais e municipais, que puderam solucionar dúvidas e conhecer as dificuldades enfrentadas pelos Conselhos Tutelares de cada município, bem como as suas diferenças.

Para Milla Pião Moreira, representante da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), o debate foi uma “oportunidade rica para esclarecer sobre as atribuições dos conselheiros tutelares e ajudar a melhorar o atendimento prestado às famílias em cada comunidade”.

Na parte da tarde, o evento recebeu o Senador Fabiano Contarato, que se aprofundou no conceito de Políticas Públicas voltadas à proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Para o senador, as políticas públicas vão além de um conjunto de ações governamentais e compreendem, também, as relações entre instituições, corporações, movimentos religiosos e a participação efetiva da sociedade.

“A sociedade tem que entender que essa função não é só do Poder Público. É preciso participar de verdade. Ser cidadão não é apenas viver em grupo, é transformar, é contribuir para reduzir as desigualdades. Do contrário, não teremos aquela sociedade que está na Constituição”, destacou Contarato.

E com o mesmo sentimento, a conselheira tutelar do município de Guaçuí, Luciana Moraes, desabafou: “Apesar de todas as dificuldades que enfrentamos, muitas vezes sem linha de telefone ou sem um veículo para nos levar a determinados locais, temos que continuar acreditando em fazer o bem e trabalhar em prol dos nossos adolescentes com amor e dedicação”.

O evento seguiu com a palestra sobre Comunicação Não Violenta, ministrada pela coordenadora das Varas da Infância e da juventude do TJES, juíza Patrícia Pereira Neves. De acordo com a magistrada, nesse tipo de linguagem as pessoas devem “observar sem

juílgamentos, identificar os sentimentos e emoções, perceber as necessidades e se expressar com respeito”.

“Nós percebemos ao longo do dia que temos desavenças na forma de pensar o mundo, de pensar as nossas profissões. Então se vocês puderem usar esse tipo de linguagem única e exclusivamente com as pessoas que consideram importantes, já irão perceber uma mudança enorme na vida de vocês”, concluiu.

**Assunto: Adolescentes da Funase participam de movimento nacional pela segurança alimentar**

**Fonte: Governo do Estado de PE**

**Data: 27/02/2019**



Cinco adolescentes da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), instituição ligada à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), participarão, na tarde desta quarta-feira (27), do Banquete. O evento, que ocorrerá no Recife e em mais de 15 cidades brasileiras, é um manifesto contra a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), determinada pela Medida Provisória 870/2019. Durante o ato, será servido um banquete coletivo e solidário. A expectativa é de que sejam preparadas 15 mil refeições em todo o País, mil delas só em Pernambuco. No Recife, segundo os organizadores, a ação ocorrerá das 12h às 15h, em frente ao Armazém do Campo, na Avenida Martins de Barros, no bairro de Santo Antônio.

Os cinco socioeducandos da Funase vêm sendo inseridos nas ações que envolvem o Banquete como uma atividade pedagógica em defesa da segurança alimentar. No Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) Vitória de Santo Antão, onde cumprem medida de internação, eles e outros adolescentes participam de ações na área de sustentabilidade, por meio de uma horta e de um viveiro florestal existentes na unidade. Os produtos cultivados, livres de agrotóxicos, são distribuídos no próprio local e na sede da Funase.

Parte da produção – aproximadamente 15 quilos de coentro e rúcula – foi encaminhada à organização do Banquete como contribuição para o preparo das refeições. O ato de entrega, que ocorreu na sede do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), também contou com o acompanhamento dos adolescentes que participarão do banquete coletivo. O carregamento oriundo de outras instituições parceiras ainda contou com chuchu, cenoura, quiabo, repolho, cebola, tomate, macaxeira, maçã, banana, mamão e arroz. A ideia é que, no Banquete, seja servido um cozido vegetariano. Ainda haverá uma programação com grafiteagem.

“Temos várias ações na Funase que, de algum modo, tangenciam a questão da sustentabilidade, como o viveiro florestal na unidade de Vitória de Santo Antão. É algo que não só diz respeito à qualificação que os socioeducandos vão tendo para trabalhar nessas áreas, mas também com o envolvimento que eles passam a ter com as questões relacionadas a uma alimentação segura e saudável. Além da competência técnica, se podemos oferecer um pouco do sentimento de utilidade pública, de que aquilo que eles fazem melhora as condições do outro, então conseguimos trabalhar a perspectiva do cuidado e formar jovens mais atentos às questões que os cercam”, destaca o coordenador do Eixo Profissionalização, Esporte, Cultura e Lazer da Funase, Normando Albuquerque.